TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

PROCESSO Nº 2019.0.000012361-7

6ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA - 2020

ATA DE REUNIÃO

Data	09/12/2020
Início	11:00
Fim	13:00

1. Participantes (em videoconferência, através de aplicativo via internet)

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Eneida Salazar de Moura	Gabinete da Presidência
Lisia Alves Baganha	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral (em substituição)

José Álvaro Manhães Wagner	Secretaria de Administração (em substituição)
Fabio Galerani Rodrigues Alves	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Ana Luiza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
André dos Santos Sant'Anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Maurício da Silva Duarte	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Marcos José Guerrero Silva	Coordenadoria de Desenvolvimento de Competências (em substituição)
Francisco Nobre de Almeida Cunha	Seção de Educação Corporativa
Monique Lima e Cruz	Seção de Auditoria do Desenvolvimento Institucional
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Alan de Freitas Rosetti	Secretaria de Gestão de Pessoas
Suzana Martins Ramos Pinto	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Larissa de Matos Biajoli	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE/CPLAN
Carlos Leandro Santos de Souza	Seção de Desenvolvimento de Processos Estratégicos - SEDPRO/CPLAN (em substituição)

2. Pauta

I. Plano Anual de Capacitação - PAC 2021;

II. Atualização sobre o andamento dos projetos estratégicos, pontuando aqueles que necessitam de revisão do planejado para 2021, bem como, os que necessitarão de orçamento para 2022.

3. Descrição da reunião

I. Plano Anual de Capacitação 2021

A reunião foi aberta pela Diretora-Geral, Adriana Brandão, que esclareceu que a reunião anteriormente agendada para 25/11 para tratar do PAC 2021 necessitou ser adiada em razão dos preparativos do 2º turno do pleito de 2020. Aliado a esse fato, verificou-se que seriam necessários ajustes na minuta inicialmente apresentada pela SEDCOR, em função das recentes Resoluções CNJ nº 308 e 309/2020, que tratam das atividades de auditoria interna, havendo disposições específicas sobre o Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud) que necessitariam ser absorvidas pelo PAC do Tribunal, na forma de eixo específico, uma vez que o orçamento de capacitação é único.

A Diretora-Geral ponderou ainda sobre um outro eixo temático que deveria compor o PAC, relativo à segurança institucional, cujas diretrizes são postas pela Resolução do CNJ nº 291/2019, a partir da qual foi instituída a Comissão Permanente de Segurança (Res. TRE-RJ nº 1135/2020) e criado o Plano de formação e especialização de agentes de segurança (Ato GP nº 225/2020).

A Secretária de Gestão de Pessoas, Renata Geronimi, ponderou que, de fato, com as diversas Resoluções emanadas pelo CNJ, o volume de cursos obrigatórios tem aumentado, restando pouca autonomia para os Tribunais decidirem a aplicação dos recursos de capacitação com base nas necessidades do órgão. Adriana complementou que, também por tais razões, se faz necessário cada vez mais o alinhamento com as áreas de atuação, de modo que estas solicitem no PAC somente os cursos considerados essenciais para a unidade e, ainda, que capacitações que não sejam específicas do tema de atuação sejam previstas e alocadas nos eixos apropriados, como as gerenciais, por exemplo. Suscitou ainda as diretrizes da Res. CNJ nº 211/2015, em relação ao eixo de TI, e as trazidas pela recente Res. CNJ nº 347/2020, de governança de contratações. A SEDCOR esclareceu que ambos os eixos temáticos já constavam da minuta.

Em seguida passou-se a palavra ao Chefe da SEDCOR, Marcos Guerrero, que iniciou sua fala destacando que o plano foi construído em conjunto pelas unidades de formação (SEDCOR, SEPLAT e EJE), com as quais foram realizadas diversas reuniões ao longo do processo. As unidades participaram de curso sobre a elaboração de plano de capacitação, que teve por objetivo uniformizar os entendimentos sobre o processo e revisar as metodologias aplicáveis, chegando-se ao modelo final ora apresentado.

Guerrero ressaltou o contexto diferenciado experimentado em 2020, com a suspensão de todos os cursos presenciais em razão da pandemia de Covid-19, o que levou à busca de alternativas, principalmente por meio do ensino a distância, que se desenvolveu largamente no exercício, tendo muitas empresas se adaptado para ofertar capacitações nessa modalidade. Portanto, tal cenário foi considerado na construção do PAC 2021, em especial as capacitações que não foram possíveis de se realizar em 2020.

Informou sobre o orçamento estimado para 2021, de R$ 943.520,00 para a CDESC e de R$ 81.062,52 para a EJE. A Diretora-Geral consultou o Secretário de Orçamento e Finanças sobre a possibilidade de efetivamente recebermos esses valores, ao que este pontuou que este é o valor informado na LOA, não tendo havido sinalização do TSE sobre eventual corte até o momento. Complementou que os valores limites da Justiça Eleitoral foram negociados no auge da pandemia com a área de planejamento do TSE, ressalvando, no entanto, a possibilidade de cortes pelo Congresso Nacional.

O titular da SEDCOR passou a apresentar cada um dos eixos e capacitações previstos na minuta do PAC 2021: Eixo Estratégico, Eixo Governança nas contratações, Eixo Técnico e Comportamental, Eixo TIC, Eixo Eleitorais, Eixo Gerencial e Eixo Auditoria.

Durante a apresentação foram tecidos comentários e verificadas algumas necessidades de ajustes:

- a necessidade inclusão do Eixo Segurança Institucional, para o qual os cursos "Brigadistas voluntários de incêndio", "Inteligência Judiciária Eleitoral" e "Reciclagem de Agentes de Segurança" deveriam ser transferidos, para conformidade ao Ato GP nº 225/2020 (art. 3º, inciso XVI e Anexo);
- sobre o curso "Reciclagem de Agentes de Segurança", a titular do GABPRE pontuou que conviria a exclusão da anotação de realização necessariamente por meio de convênio, pois possivelmente o curso precisará ser contratado;
- sobre o curso de Libras, Guerrero esclareceu que esta seria também uma demanda do CNJ e que já haveria um curso EAD nesse moldes desenvolvido por outro Tribunal que poderia ser utilizado. Adriana destacou sobre a necessidade de que todos os eventos presenciais e remotos com divulgação externa abarquem Libras, legendas e audiodescrição, o que acentua a urgência na realização do curso;
- sobre o curso "Processo Administrativo Disciplinar para servidores da Comissão Permanente de Direito Disciplinar", a Diretora-Geral solicitou a anotação como obrigatório, em função de disposição em norma interna (Res. TRE-RJ nº 715/2009, art. 9º);
- sobre o curso "Gerenciamento de projetos", o titular da SOF indagou acerca da possibilidade de considerado obrigatório, em vista das dificuldades de execução orçamentária dos projetos. Adriana esclareceu que são considerados obrigatórios precipuamente os cursos exigidos em normas, mas que outros podem ser priorizados dependendo da necessidade. A CPLAN registrou que a inclusão desse curso visa ao nivelamento dos gerentes de projetos, em atendimento a proposta advinda da última análise de desempenho de objetivos estratégicos;
- sobre os cursos de sensibilização nas temáticas de "Identidade e Igualdade de Gêneros", a titular do GABPRE ressaltou a necessidade de sua execução para atendimento da Resolução CNJ nº 270/2018, uma vez que foi prestada a informação ao CNJ, em processo de cumprimento de decisão, de que restaria pendente apenas a realização desse treinamento;
- sobre o Eixo TIC, o Secretário de TI indagou sobre a não inclusão do curso "Allura", ao que a titular da SGP esclareceu que a Allura é uma empresa que fornece uma plataforma de capacitações em vários temas, de forma que seria necessário especificar quais cursos da empresa seriam contratados. André manifestou que a contratação da empresa traz economia, e que a contratação poderia então restar prevista no bojo do item de "Desenvolvimento de Competências Técnicas", desde que houvesse previsão do orçamento necessário;

- sobre o curso “Reforma Política - Sistema Distrital Misto”, Adriana solicitou a confirmação pela SEDCOR sobre sua obrigatoriedade, pois somente deveria ser considerado dessa forma se houvesse previsão em normativo;
- sobre os cursos “Desenvolvimento Gerencial para Gestores da SEDE e Chefes de Cartórios”, a titular da SGP explicou que a ideia é fazer a separação em três níveis de gestão (Secretarias, Coordenadorias e Chefias de Seção), além da separação para os Chefes de Cartório, para atendimento de suas especificidades;
- sobre o Eixo Auditoria, Adriana esclareceu que caso algum dos cursos fosse voltado especificamente para a COCEP, seria necessário alterar o eixo de alocação. A representante da SAU na reunião, Monique Lima e Cruz, registrou que o curso “Descomplicando a Contabilidade Pública” foi pedido em razão da Auditoria de Contas Anual demandada pelo TCU, e que o curso “Amostragem estatística aplicada a auditoria interna e externa” seria destinado primordialmente aos servidores da COAUD, com a extensão do treinamento a alguns servidores da COCEP; ratificou que nenhum dos cursos seria específico para a COCEP e que todos foram incluídos com base no Plano Anual de Auditoria 2021;
- sobre o curso “Gestão Imobiliária com ênfase no SPIUNET”, previsto no Eixo Auditoria, o titular da SSG, Fabio Galerani, indagou se também poderia ser aproveitado pelos servidores da SEGEIM, tendo em vista que as atribuições de lançamento no sistema passaram a ser da unidade. Guerrero informou que outras unidades serão consultadas quanto ao interesse na época de realização do curso. Sobre isso, Adriana destacou que será necessário pensar futuramente em como fazer o tratamento das capacitações derivadas das próprias recomendações de auditoria interna.

Feitas tais considerações, o titular da SEDCOR prosseguiu informando que o acompanhamento do PAC será realizado pelas três unidades de formação, com previsão de reunião inicial em janeiro e outras em março, julho, novembro e dezembro.

Sobre a definição das priorizações, Guerrero informou que serão priorizados os obrigatórios, os do eixo estratégico, os do eixo gerencial e, por conseguinte, os demais. Em sobrando verba, seriam realizados os cursos que não foram executados em 2020. Adriana destacou ainda que muitos cursos previstos nos vários eixos não teriam custos. A titular da SGP lembrou que há dois indicadores estratégicos que controlam a execução dos eixos estratégico e gerencial, de modo que, a seu ver, esses dois eixos deveriam ser priorizados junto com os obrigatórios.

Por fim, a SEDCOR registrou que faria os ajustes apontados na reunião e enviaria a nova versão da minuta do PAC 2021 aos integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia.

II. Andamento dos projetos estratégicos, com vistas ao planejamento da execução em 2021 e inclusão na Proposta Orçamentária de 2022

Para tratar do ponto seguinte da pauta, a Diretora-geral passou a palavra à Coordenadora da CPLAN, Suzana Martins, que pontuou a necessidade de os membros do CGE iniciarem as tratativas sobre os projetos que serão executados em 2021 e sobre aqueles que precisam ter orçamento incluído na proposta de 2022. Lembrou que em 2020 o prazo para a elaboração e envio da proposta para o TSE foi reduzido em aproximadamente 1 (um) mês e reforçou a necessidade de que tais conversas se iniciem cada vez com mais antecedência, permitindo uma melhor definição do orçamento e do cronograma de execução das ações estratégicas.

Em seguida, foi dada a palavra a Larissa Biajoli, gestora da Seção de Desenvolvimento de Iniciativas

Estratégicas (SEDINE), que passou a apresentar os tópicos abaixo.

Iniciativa Estratégica: Implantação de CFTV
Deliberação do CGE: não houve.
Observações relevantes: Larissa adiantou que já estava conversando com o gerente, Moisés, sobre a continuidade do projeto, mas que o mesmo dependia da disponibilidade do TJ em instalar as câmeras já adquiridas. Lembrou ainda que em reunião anterior do CGE a sra. Diretora-Geral apontou a necessidade de rever este projeto ou formular um novo projeto que analisasse a questão da segurança como um todo, e que não contemplasse só a instalação de câmeras. Eneida esclareceu que, além de fazer um novo projeto, maior, é preciso analisar uma forma de não depender mais do TJ, e que, nesse sentido, foi aberto um processo SEI para formar uma comissão que analisasse tais questões. Tal processo foi enviado para a Comissão Permanente de Segurança com intuito de serem indicados os membros da mencionada comissão, e que alguns já foram indicados. A DG pontuou a urgência do tema e Eneida esclareceu que tudo aconteceu em meio à eleição, que agora o processo deve ter um andamento mais rápido, e que o novo projeto vai precisar passar pela Comissão Permanente de Segurança. Por fim, a Diretora-Geral solicitou que Larissa conversasse com o gerente do projeto, Moisés, para que o mesmo analisasse essas pendências e as reportasse a ela e à patrocinadora.
Prazo: não há
Unidade Responsável: não há
Iniciativa Estratégica: Limites
Deliberação do CGE: não houve.
Observações relevantes: Larissa esclareceu que o projeto está sobrestado há muito tempo aguardando a análise da Resolução proposta pela equipe e questionou sobre a possibilidade de encerrar o projeto até que tal Resolução fosse aprovada. Eneida pontuou que ela e Soraya leram a proposta de Resolução e que seriam necessárias muitas alterações. A Diretora-Geral solicitou que o processo fosse enviado a ela para análise e pontou que o melhor, por agora, era manter o projeto no PDE como sobrestado.
Prazo: não há
Unidade responsável: não há
Iniciativa Estratégica: Cadastramento Biométrico dos Eleitores do Estado do Rio de Janeiro – ciclo 2020/2022
Deliberação do CGE: não houve.
Observações relevantes: Larissa indicou que estava contactando o gerente Tárcio para marcar uma reunião. A Diretora-Geral explicou que, dias antes da reunião, enviou ao TSE a proposta orçamentária da execução da biometria, e que o fez com base em um plano de ação já existente para 2021. Tal plano parte

da premissa de que a partir de junho/julho não haverá mais pandemia. Explicou ainda que, além dessa premissa, há sérias condições que o TSE precisa definir minimamente para ser possível uma programação. Larissa, sugeriu que todos os projetos partissem dessa mesma premissa, possibilitando assim programar os anos de 2021 e de 2022.

Prazo: não há

Unidade responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Implementação da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: No caso deste projeto não haveria necessidade de alteração, mas sim, pendência de aprovação da ficha. A Diretora-Geral prontificou-se a contatar a gerente do projeto e analisar a ficha.

Prazo: não há

Unidade responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Reestruturação do projeto socioeducativo

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa esclareceu que entrou em contato com a gerente e que a mesma já sinalizou que está em tratativas com a equipe sobre o cronograma e o orçamento para 2021 e 2022 e que novo contato será feito em janeiro, em razão das férias da gerente. Rita informou que conversou com a gerente e que talvez não seja possível executar nenhum evento em 2021, seja por conta da pandemia, seja porque as escolas terão que se organizar no cenário pós pandêmico, mas que todas as possibilidades estão sendo estudadas. Larissa pontuou que após a definição dos eventos de 2021 será possível analisar o orçamento já pedido para o exercício, e, se fosse o caso, direcioná-lo para outro projeto. Rita pontuou que o valor orçamentário solicitado para 2021 não era alto, em torno de R$ 150.000,00.

Prazo: não há

Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Melhoria, Automação e Gestão de Riscos no processo da Folha de Pagamento

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa explicou que este não era um projeto com orçamento e que não demandaria revisão.

Prazo: não há

Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Dimensionamento da Força de Trabalho das unidades do TRE-RJ

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Renata Motta, Secretária da SGP, explicou que é importante manter o DFT como projeto e que o mesmo precisará ser revisto, pois as próximas etapas serão implementadas pelo próprio TRE-RJ e não mais com auxílio da UNB, que faria inclusive a primeira rodada de processamento, com transferência de conhecimento. Que precisará haver um ajuste de escopo e de cronograma, mas que, antes, será preciso entender como o ocorrerão as próximas etapas e como o TRE-RJ se apropriará do sistema. Esclareceu ainda que o TSE formará grupo de trabalho para dar andamento ao DFT em âmbito nacional e que a atual gerente do projeto deve integrante o grupo.

Prazo: não há

Unidade Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Plano de Ação da SGP e STI

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa lembrou a Secretária de Gestão de Pessoas sobre a possibilidade de projetizar o atual Plano de ação da SGP e STI que estaria sendo acompanhado apenas nas RAEs, considerando que o mesmo previa muitas entregas complexas e que o Objetivo Estratégico 07 foi priorizado para 2021. Renata Motta, Secretária da SGP, esclareceu que o plano é na verdade um piloto daquilo que o indicador prevê como necessário para implementar a gestão por competências no TRE-RJ, portanto, não considerou transformá-lo em projeto, na medida que a CPLAN já acompanha o indicador, e que embora o mesmo seja ambicioso trata-se de um piloto, que será executado apenas dentro da TI justamente para poder canalizar recursos humanos.

Renata Motta, Secretária da SGP, pontuou que uma possibilidade de projeto estratégico para a SGP poderia ser vinculada à atual dificuldade que enfrentam na gestão das demandas, pois há demandas estratégicas, administrativas e operacionais, e muitas delas são urgentes e simultâneas. Que precisam analisar a possibilidade de ter uma ferramenta que ajudasse na gestão eficiente dessas demandas. Por exemplo, cada resolução do CNJ cria uma norma interna e uma capacitação e tudo surge dentro de uma rotina operacional que já é pesada. Larissa apontou que talvez fosse possível criar um EVT para analisar as ferramentas e metodologias existentes que pudessem resolver o problema. Por fim a Secretária pontuou que apenas os 2 (dois) projetos já existentes trarão grandes demandas para a secretaria.

Prazo: não há

Unidade Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Rede Privada Virtual – VPN

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa comunicou que já marcou reunião com o gerente Amaro para começar

a conversar sobre as questões orçamentárias e os impactos da pandemia. Explicou ainda que o VPN da capital deveria ter sido implantado em 2020 e que ficará para 2021, e que o interior precisa ainda ser contratado. O Secretário da Tecnologia da Informação explicou que não deve haver problema de orçamento, pois o valor solicitado para 2021 deve ser suficiente para executar o que for necessário.

Prazo: não há

Unidade Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Implantação do sistema VoIP - FASE 1 – Caju

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa comunicou que já marcou reunião com o gerente Gustavo para começar a conversar sobre as questões orçamentárias e os impactos da pandemia. Explicou que o VoIP também tem previsão orçamentária para 2021 cujo montante deve ser suficiente para implementar o que for programado.

Prazo: não há

Unidade responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Modernização do Data Center

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa lembrou que não houve a contratação em 2020 e que a questão para 2021 é o orçamento necessário de aproximadamente 6 milhões. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais e gerente do projeto Data Center, Fabio Galerani, pontuou que licitação foi suspensa em razão de ajustes nas especificações técnica e, considerando o alto risco de não usar o orçamento em 2020, resolveu-se republicar o edital apenas em 2021. Larissa sugeriu não alterar a ficha do projeto que está atrasada, deixando para alterar após a contratação estar definida e haver certeza quanto ao cronograma da execução, no que foi acompanhada por Galerani. O Secretário de Orçamento e Finanças, Fernando, explicou que o projeto do Data Center precisará de 6 milhões em 2021, que inicialmente solicitarão o valor ao TSE, mas, se não houver autorização do crédito, isso precisará ser resolvido internamente. Se não houver liberação do crédito e se o orçamento de 2021 for aprovado na íntegra, os valores serão remanejados dos demais projetos e de outras despesas, e estes recursos ficarão "presos" talvez até junho ou julho, assim, se houver redução do custo do Data Center na licitação, somente em julho ou agosto os recursos não utilizados no Data Center estarão disponíveis para os demais projetos. Questionado pelo Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, o Secretário de Orçamento, Fernando, explicou que de qualquer forma será preciso esperar a fase de crédito para resolver estas questões. Explicou ainda, que neste ano por conta da pandemia, em valores aproximados, só foram empenhados 40 milhões e destes, mais de 4 milhões foram em computadores, ou seja, com os contratos houve um empenho de apenas 35 milhões, e, como no 1º semestre de 2021, com a manutenção da situação de pandemia, muitos contratos continuarão baixos e haverá pequenas despesas em muitas áreas, é quase certo que haja recursos suficientes para remanejar para a contratação do Data Center.

Prazo: não há

Unidade responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos no TRE-RJ

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa explicou que combinou com o gerente de analisar o projeto em janeiro de 2021. A Diretora-Geral pediu ao Secretário de Manutenção e Serviços Gerais que solicitasse ao gerente que o projeto fosse priorizado e se colocou à disposição. Fabio Galerani concordou e adiantou que o convênio com UERJ foi renovado.

Prazo: não há

Unidade responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Modernização das instalações elétricas do Núcleo Administrativo do TRE-RJ

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa comunicou que está tentando marcar reunião com o gerente, Alexandre, para conversar sobre as questões orçamentárias e os impactos da pandemia. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais pontuou que a instalação das placas de energia fotovoltaica no NUAD impacta no projeto de engenharia elétrica que o gerente está desenvolvendo, mas que não haverá alteração na contratação das subestações elétricas, pois toda a parte de geração de energia fotovoltaica ficará com a LIGHT.

Prazo: não há

Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Sistema de prevenção e combate a incêndio na Sede do TRE-RJ

Deliberação do CGE: não houve.

Observações relevantes: Larissa comunicou que em razão das férias do gerente, Vitor, marcará reunião em janeiro, mas que o gerente já havia adiantado que haverá necessidade de alterar escopo do projeto e que não haverá a execução do orçamento previsto para 2021. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais aproveitou para mencionar que precisa conversar com a Diretora-Geral sobre o escopo do projeto, pois o mesmo prevê a abertura do teto de todos os andares, mas não contemplou outras melhorias necessárias que também dependem da abertura do teto, como reforma elétrica, de lógica e de ar condicionado. A ideia é ampliar o escopo do projeto e aproveitar o que foi produzido até agora pela empresa contratada no atual projeto, fazendo uma nova licitação, de um novo projeto de engenharia, que contemple todas estas questões. E depois, pensar em como isso será executado. Pontuou também que esse projeto está relacionado com uma série de questões, como a desocupação do prédio. O Secretário de Orçamento explicou que há previsão de R$ 957.000,00 para 2021 e o resto para 2022.

Prazo: não há
Responsável: não há
Iniciativa Estratégica: Diagnóstico das instalações prediais nos imóveis ocupados pelo TRE-RJ
Deliberação do CGE: não houve.
Observações relevantes: Larissa pontuou que não conversou recentemente com o gerente, Marcos Evangelista, mas que, na última conversa, o mesmo explicou que as vistorias estavam suspensas, pois a equipe de terceirizados não estaria se deslocando para as unidades. O Secretário de Manutenção e Serviços Gerais explicou que o projeto não demandará orçamento e usará mão de obra da própria casa, que foi elaborado um questionário, cujas informações, futuramente, integrarão um BI, e que as equipes já estão se deslocando para as unidades para manutenção. Que a suspensão do projeto em razão da pandemia aconteceu em abril e que hoje já é possível dar início às vistorias. Larissa pontuou que também em razão das eleições o projeto não foi retomado, mas que conversará com o gerente para que o projeto reinicie.
Prazo: não há
Unidade Responsável: não há

Analisadas as iniciativas estratégicas do PDE vigente, a SEDINE colocou-se à disposição das unidades atualmente sem projetos, como SJD, SOF, SAU, COSOC, para o caso de terem alguma proposta de projeto. A Coordenadora de Planejamento Estratégico lembrou que a recomendação é que os projetos estratégicos estejam vinculados às linhas de atuação do Plano Estratégico e tenham o objetivo de alavancar indicadores que estejam defasados em sua performance.

Aberta a palavra para eventuais considerações adicionais, o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais solicitou à Diretora-Geral o planejamento de biometria que foi enviado ao TSE, esclarecendo que tal programação impacta muito na Secretaria. A Diretora-Geral explicou que esse planejamento foi feito para solicitar o orçamento e que poderia enviá-lo à SSG. Larissa explicou que muitos projetos demandam força de trabalho da SSG, e também da SGP e da STI, e que nos preocupamos muito com recurso orçamentário, mas temos que começar a nos preocupar também com os recursos humanos ao priorizar e fazer o cronograma dos projetos. A Diretora-Geral pontuou que quando um servidor de uma unidade é membro de uma equipe de projeto ou de uma comissão ele deve atuar como *longa manus* do gestor, e o gestor deve acompanhar de perto todas as demandas que recaiam sobre a unidade, inclusive por meio também do assistente de planejamento.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2020

MARCOS JOSE GUERRERO SILVA
CHEFE DA SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 09:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALAN DE FREITAS ROSETTI

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 10:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANA LUIZA CLARO DA SILVA

SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 11:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MAURICIO DA SILVA DUARTE

COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 11:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

LISIA ALVES BAGANHA

SECRETÁRIO(A) DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 12:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CARLOS LEANDRO SANTOS DE SOUZA

ASSISTENTE I

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ENEIDA SALAZAR DE MOURA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 13:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JOSE ALVARO MANHAES WAGNER

SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 13:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA

DIRETOR(A)-GERAL

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 13:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MONIQUE LIMA E CRUZ

CHEFE DA SEÇÃO DE AUDITORIA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 15:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FERNANDO JOSE DA FONSECA

SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 15:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FABIO GALERANI RODRIGUES ALVES

SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 17:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RENATA MOTTA GERONIMI

SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS

Documento assinado eletronicamente em 18/12/2020, às 19:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANDRE DOS SANTOS SANT ANNA

SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 21/12/2020, às 10:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO

COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Documento assinado eletronicamente em 23/12/2020, às 20:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

LARISSA DE MATOS BIAJOLI

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Documento assinado eletronicamente em 08/01/2021, às 15:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FRANCISCO NOBRE DE ALMEIDA CUNHA

ANALISTA JUDICIÁRIO

Documento assinado eletronicamente em 18/01/2021, às 13:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU

ASSESSOR I

Documento assinado eletronicamente em 02/02/2021, às 13:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1453672** e o código CRC **5C64AA4E**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.